

OS PARADOXOS DO ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA NO BRASIL _ ponencia

Patrícia Torres (PUCPR) – patorres@terra.com.br

João Vianney (UNISUL) – vianney@unisul.br

LINEA: La universidad de la sociedad de la informacion : modelos y propuestas

RESUMO

Palavras Chave: Tecnologias Educacionais, Educação On Line, Universidade Virtual .

Este trabalho de pesquisa, solicitado pelo IESALC - Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e Caribe- UNESCO procurou levantar os números da educação superior a distância no Brasil. Em um primeiro momento foi enviado um questionário para as IES que trabalhavam com EAD e estavam credenciadas no MEC, como o número de respostas não foi significativo, adotou-se a técnica de entrevista via telefone. A metodologia utilizada foi a Pesquisa Conclusiva, onde a amostra é representativa e os dados levantados estão sujeitos a análises quantitativas. O número total de alunos matriculados até dezembro de 2002 em cursos a distância é de 84 397. Como resultado desta pesquisa apresenta-se também o grande paradoxo da Universidade Virtual no Brasil: acesso restrito às NTIC para as classes de renda inferior da sociedade, fato que determina que os cursos atendam apenas às classes média e alta, já atendidas anteriormente pelas universidades presenciais; no aspecto geográfico, a inclusão digital torna-se cada vez menos presente no interior do país em direção à fronteira Oeste, tanto no acesso doméstico quanto nas conexões institucionais. Para realizar-se plenamente, a Universidade Virtual necessita dos caminhos necessários para chegar ao seu público, necessita de capilaridade e baixo custo para o acesso da população às redes.

INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa, solicitado pelo IESALC - Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e Caribe- UNESCO procurou levantar os números da educação superior a distância no Brasil. Em um primeiro momento foi enviado um questionário para as IES que trabalhavam com EAD e estavam credenciadas no MEC, como o número de respostas não foi significativo, adotou-se a técnica de entrevista via telefone. A metodologia utilizada foi a Pesquisa Conclusiva, onde a amostra é representativa e os dados levantados estão sujeitos a análises quantitativas. Como resultado desta pesquisa apresenta-se também o grande paradoxo da Universidade Virtual no Brasil: acesso restrito às NTIC para as classes de renda inferior da sociedade, fato que determina que os cursos atendam apenas às classes média e alta, já atendidas anteriormente pelas universidades presenciais; no aspecto geográfico, a inclusão digital torna-se cada vez menos presente no interior do país em direção à fronteira Oeste, tanto no acesso doméstico

quanto nas conexões institucionais. Para realizar-se plenamente, a Universidade Virtual necessita dos caminhos necessários para chegar ao seu público, necessita de capilaridade e baixo custo para o acesso da população às redes.

A Universidade Virtual, entendida como ensino superior a distância com uso de Novas Tecnologias de Comunicação e Informação (NTIC), em especial a Internet e a videoconferência, surge no Brasil na segunda metade da década de 1990. Até este período, a modalidade da Educação a Distância (EAD) era utilizada principalmente para ofertar cursos livres de iniciação profissionalizante, dentro do conceito de educação aberta e com os recursos do ensino por correspondência; e para ofertar cursos supletivos, focados na complementação de estudos nos níveis de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, utilizando materiais impressos e aulas transmitidas por televisão, em programas de telecurso. Somente a partir de 1994, com a expansão da Internet junto às Instituições de Ensino Superior (IES), e com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB), em dezembro de 1996, que oficializa a EAD como modalidade válida e equivalente para todos os níveis de ensino, é que a universidade brasileira dedica-se à pesquisa e oferta de cursos a distância com o uso de novas tecnologias.

Em 1996 surgem os primeiros cursos de mestrado oferecidos com o uso de videoconferência, integrando universidade e empresa com tecnologia digital e interatividade completa em áudio e vídeo. Em 1997, universidades e centros de pesquisa públicos e privados completam o ciclo de aprendizado para gerar ambientes virtuais de aprendizagem. Em 1998 tem início a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu via internet, demarcando o nascimento da Universidade Virtual no Brasil.

No entanto, o uso das NTIC para a oferta de cursos on-line, ainda não se constitui como uma ferramenta para ampliar o atendimento e promover a democratização do ensino superior, permitindo o ingresso de parcelas da população até então impedidas de cursar a universidade. Em 2002, 87% das residências de classes média e média alta tinham acesso à Internet, contra apenas 12% das demais faixas de renda. E o uso da videoconferência permanecia restrito a setores de ponta em empresas de grande porte. Estas clientelas já são atendidas pela universidade tradicional, com o ensino presencial.

Até dezembro de 2002, 25 das 1.391 Instituições de Ensino Superior do país já estavam credenciadas pelo Ministério da Educação para oferecer educação superior a distância. 13 delas autorizadas a oferecer cursos de licenciatura, para complementar a formação de professores leigos atuando no Ensino Fundamental e Ensino Médio. Estes cursos foram implementados principalmente com uso de mídia impressa e instalação de unidades de apoio para oferta de biblioteca e tutoria presencial à clientela localizada em pequenas e médias cidades do interior do país. Nestas localidades o acesso à Internet não estava ainda disponível nas escolas onde atuavam os professores matriculados nos cursos. Nos centros de apoio que contavam com acesso à Internet, ela é utilizada como recurso de integração administrativa pela coordenação dos cursos e como mídia complementar pelos alunos.

A Universidade Virtual no Brasil, com a oferta de cursos superiores on-line ou por videoconferência, caracterizando o uso intensivo de NTIC, ocorre majoritariamente na oferta dos programas de pós-graduação a distância. São produtos direcionados para clientelas corporativas, com atendimento *in company*. As NTIC foram utilizadas também para a criação de Universidades Corporativas, com a oferta de programas de capacitação, treinamento e aperfeiçoamento da mão-de-obra interna das maiores empresas públicas e privadas instaladas no país.

RESGANTANDO UM POUCO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA BRASILEIRA

A educação a distância surge no país em 1904, com o ensino por correspondência, ofertado por instituições privadas que oferecem educação não-formal, por meio de cursos profissionalizantes em áreas técnicas, sem exigência de escolarização anterior.

Este modelo de 1ª geração consagra-se na metade do século com a criação do Instituto Monitor (1939), do Instituto Universal Brasileiro (1941) e de outras organizações similares, responsáveis pelo atendimento de mais de 3 milhões de alunos em cursos abertos de iniciação profissionalizante até o ano 2000.

Demarcando a chegada da 2ª Geração de EAD ao país, fundações privadas e organizações não governamentais iniciam a oferta de cursos supletivos a distância, no modelo de teleducação, com aulas via satélite complementadas por kits de materiais impressos nas décadas de 1970 e 1980.

A história mostra que a educação a distância instala-se no final do século XX, portanto tardiamente na grande maioria das Instituições de Ensino Superior. Tais instituições mobilizam-se para a EAD com o uso de Novas Tecnologias da Comunicação e da Informação somente na década de 1990 quando tem início a expansão da Internet no ambiente universitário e surge a primeira legislação específica para educação a distância no ensino superior.

Os resultados alcançados durante o período de implementação da educação a distância no ensino superior no Brasil, de 1994 a 2002, em especial nos modelos orientados para o uso intensivo de Novas Tecnologias de Informação e da Comunicação (NTIC), com o conceito de Universidade Virtual, representam, na verdade, o fechamento de um século de história de educação a distância (EAD) no país.

Em que pese o envolvimento tardio das universidades brasileiras com a modalidade da EAD, ao redor do ano 2000 já estavam concluídos no país os ciclos de aprendizado acadêmico e de gestão tecnológica para a criação de universidades virtuais. Desta forma, em praticamente cem anos, desde 1904 e até 2002, a educação a distância no Brasil faz o percurso desde o ensino por correspondência até a Universidade Virtual, como mostra o quadro a seguir:

Breve histórico do uso de tecnologias na EAD no Brasil

- **1904** – Mídia impressa e correio – ensino por correspondência privado
- **1923** – Rádio Educativo Comunitário
- **1965-1970** – Criação das TVs Educativas pelo poder público
- **1980** – Oferta de supletivos via telecursos (televisão e materiais impressos), por fundações sem fins lucrativos
- **1985** – Uso do computador “stand alone” ou em rede local nas universidades
- **1985-1998** – Uso de mídias de armazenamento (vídeo-aulas, disquetes, CD-ROM, etc.) como meios complementares
- **1989** – Criação da Rede Nacional de Pesquisa (uso de BBS, Bitnet, e e-mail)
- **1990** – Uso intensivo de teleconferências (cursos via satélite) em programas de capacitação a distância
- **1994** – Início da oferta de cursos superiores a distância por mídia impressa
- **1995** – Disseminação da Internet nas Instituições de Ensino Superior, via RNP
- **1996** – Redes de videoconferência – Início da oferta de mestrado a distância, por universidade pública em parceria com empresa privada
- **1997** – Criação de Ambientes Virtuais de Aprendizagem – Início da oferta de especialização a distância, via Internet, em universidades públicas e particulares
- **1999 – 2001** - Criação de redes públicas, privadas e confessionais para cooperação em tecnologia e metodologia para o uso das NTIC na EAD

- **1999 – 2002** – Credenciamento oficial de instituições universitárias para atuar em educação a distância

Universidades, centros de pesquisa e empresas públicas e privadas que se dedicaram aos temas da educação a distância a partir da metade da década de 1990, dominaram, em poucos anos o ciclo de desenvolvimento em tecnologia digital para criar ambientes virtuais de aprendizagem, estabeleceram metodologia própria para formatar e publicar conteúdos e atividades multimídia, desenvolveram logística para oferecer cursos a distância em escala nacional, criaram estratégia de gerenciamento administrativo e abordagens pedagógicas para atender alunos on-line em centrais remotas de monitoria e de tutoria.

OS NÚMEROS DO ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA

O ensino superior a distância brasileiro surge por iniciativa direta das universidades tradicionais na década de 1990. No mesmo período ocorrem as pesquisas e primeiras experiências do uso intensivo de Novas Tecnologias da Comunicação e da Informação, em especial a Internet e a videoconferência. Assim, a educação a distância no ensino superior no país surge já no cenário das tecnologias digitais, propiciando interatividade e acessibilidade crescentes, em direção à Universidade Virtual.

Ao final de 2002, o número de alunos em 60 cursos superiores a distância registrados perante os órgãos oficiais alcançava 84.397, como mostram os quadros a seguir.

Quantidade	Cursos autorizados pelo MEC	alunos
09	Licenciaturas em Pedagogia; Normal Superior; Magistério; e Educação Básica (programas para formação de professores para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental)	44.174
01	Licenciatura em Matemática	600
01	Licenciatura em Biologia	200
01	Bacharelado em Administração	630
01	Graduação em Engenharia Química	*
02	Pós-graduação em educação (lato sensu)	177
03	Pós-graduação em saúde (lato sensu)	7.865
02	Cursos Superiores de Formação Específica (Seqüenciais)	201
04	Complementações pedagógicas em Matemática; Física; Química; e Biologia (cursos para conferir Licenciatura Plena a professores até então bacharéis)	1000
	Total de alunos em cursos já autorizados pelo MEC	54.847
	Cursos em fase final de credenciamento pelo MEC	
31	Cursos de pós-graduação lato sensu**	8.500
	Autorizações por Conselhos Estaduais de Educação	

02	Licenciatura em Pedagogia / Magistério	9.541
01	Licenciatura Telepresencial em Normal Superior***	8.707
01	Licenciatura em Normal Superior	2.577
	Total de alunos em licenciaturas autorizadas por CEEs	20.825
01	Licenciatura Complementar para Bacharéis	225
	Total de alunos em cursos superiores a distância	84.397
(*) Curso corporativo, número de alunos não divulgado		
(**) Cursos de especialização da Universidade Federal de Lavras		
(**) Aulas via satélite, com recepção em telepostos. Universidade do Tocantins		

Alunos em cursos de licenciatura a distância		
Licenciaturas em Pedagogia; Magistério; Normal Superior; e Educação Básica, para formar professores para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental		
quantidade	Cursos	Alunos
09	Licenciaturas autorizadas pelo Ministério da Educação	44.174
04	Licenciaturas autorizadas por Conselhos Est. de Educação	20.825
Total de Alunos em licenciaturas para o Ensino Fundamental:		64.999
Licenciaturas para formar professores para o Ensino Médio		
quantidade	Cursos	Alunos
01	Licenciatura Plena em Matemática	600
01	Licenciatura Plena em Biologia	200
05	Complementações Pedagógicas para Licenciatura Plena em Matemática, Química, Física, Biologia e Pedagogia	1.225
Total de alunos em licenciaturas para o Ensino Médio:		2.025
Total de alunos:		67.024

Alunos em cursos de pós-graduação a distância		
quantidade	Cursos	Alunos
36	Programas de pós-graduação lato sensu (especialização)	16.542
Total de Alunos:		16.542

Alunos em cursos seqüenciais a distância		
quantidade	Cursos	alunos
02	Cursos Superiores de Formação Específica	201
Total de Alunos:		201

Alunos em cursos de graduação a distância		
quantidade	Cursos	alunos
01	Cursos de Administração (bacharelado)	630
01	Curso de Engenharia Química	1
Total de Alunos:		630

Distribuição de cursos entre instituições públicas e privadas		
Número de instituições públicas 19	Número de cursos 56	Alunos 83.566
Número de instituições privadas 03	Número de cursos 04	Alunos 831
Total:	22	60
		84.397

Percentual de participação entre instituições públicas e privadas		
Número de instituições públicas 86,37%	Número de cursos 93,44%	Alunos 99,01%
Número de instituições privadas 13,63%	Número de cursos 6,66%	Alunos 0,99%
Total:	100%	100%

Todos os cursos de licenciatura para formar professores para o Ensino fundamental, os cursos para formar professores para o Ensino Médio, e os cursos de pós-graduação eram oferecidos por universidades públicas federais ou estaduais, totalizando 83.566 alunos, com 99,01% das inscrições. As instituições privadas ofereciam dois cursos seqüenciais e dois cursos de graduação, com 831 alunos no total, representando 0,99% das matrículas dentre os cursos pesquisados.

O número total de alunos, 84.397, ainda que modesto diante do contingente de mais de 3 milhões de alunos matriculados no ensino presencial no Brasil no mesmo período, têm significativa importância. Pois, ao contrário da tendência verificada nas décadas de 1970 e de 1980, que tiveram como característica internacional comum na área da educação a criação ou expansão de universidades estatais a distância, no Brasil não houve investimento público ou privado para a criação de universidades a distância no mesmo período.

O fenômeno de maior expressão nas décadas de 1970 e 1980 foi o da oferta de cursos supletivos a distância, para os níveis de ensino fundamental e médio, em sistema de telecurso, com uso de materiais impressos e de aulas transmitidas por sistema televisivo.

A jovem história do ensino superior a distância registrava, portanto, até dezembro de 2002, que 32 das 1.391 Instituições de Ensino Superior do país ofereciam cursos superiores a distância com o reconhecimento de órgãos oficiais da educação, e uma instituição concluiu o processo de credenciamento necessário, totalizando 33 instituições, consideradas neste levantamento. 24 delas estavam credenciadas pelo Ministério da Educação para oferecer cursos de graduação e pós-graduação lato sensu. Quatro haviam obtido do MEC autorizações em caráter experimental para a oferta de cursos específicos. Outras quatro atuavam com registro

¹ Número não divulgado pela instituição.

de cursos em Conselhos Estaduais de Educação. E, uma instituição federal, em fase final de credenciamento, ofertava 31 programas de pós-graduação lato sensu;

Dentre as 28 instituições com registro formal de programas de educação a distância no Ministério da Educação, as quatro instituições com registro de ensino com suporte de mídias interativas nos Conselhos Estaduais de Educação, e programas em conclusão de credenciamento, um total de 60 cursos ativos em 2002, com 84.397 alunos participantes.

Em menos de dez anos, portanto, de 1994 a 2002, o percurso da EAD e do uso das Novas Tecnologias da Comunicação e da Informação, a criação da legislação adequada em 1996, o credenciamento de instituições e a autorização de cursos, e a pesquisa acadêmica gerando modelos pedagógicos e tecnologia, levaram à construção da Universidade Virtual, na virada do século XX para o XXI.

É neste cenário que, após a consolidação de modelos uni-institucionais, com os primeiros cursos oferecidos, que surgem no Brasil os consórcios universitários, para atender as novas demandas, para formação em escala ampliada. Vê-se nos anos de 1999 a 2001 o surgimento de grandes redes no cenário nacional.

CONECTIVIDADE E INCLUSÃO : DESAFIOS PARA A UNIVERSIDADE VIRTUAL NO BRASIL

A Universidade Virtual é uma realidade no Brasil desde 1996 pelo uso da videoconferência, quando a Universidade Federal de Santa Catarina lança o primeiro mestrado a distância, e desde 1997/1998 pelo uso intensivo de ambientes virtuais de aprendizagem via internet na oferta de especializações a distância pela Universidade Federal de São Paulo, na área de saúde; pela Universidade Anhembi Morumbi, na área de moda; e pela UFSC na área de gestão. Mas, a EAD por novas tecnologias neste período encerra, em si, uma evidência: A atuação das Instituições de Ensino Superior não está conseguindo realizar os vaticínios de que a Universidade Virtual seria um instrumento para se promover a democratização do acesso à educação.

Uma vez que a EAD tem entre as suas características ser um instrumento para facilitar e ampliar o acesso à educação, a EAD com uso de NTIC no Brasil tem encontrado dificuldades para fazer chegar os seus produtos às camadas mais distantes do processo de escolarização formal. Ainda não foi possível romper com o círculo vicioso de uma educação superior com acesso apenas a uma pequena elite no país.

À GUIA DE CONCLUSÃO: OS PARADOXOS DA UNIVERSIDADE VIRTUAL NO BRASIL

Os cursos a distância implementados com uso intensivo de novas tecnologias no Brasil até 2002, portanto, não foram marcadamente os de natureza acadêmica, dedicados ao ensino superior, mas sim os da área do e-learning, marcados pelo atendimento corporativo a clientelas de grandes empresas ou por contratação direta do governo nas esferas municipal, estadual ou federal, para atender a grupos determinados de servidores públicos, caracterizando, portanto, uma demanda corporativa, uma clientela restrita.

Duas grandes questões contribuem para formar o paradoxo da universidade virtual no Brasil. A primeira, de natureza sócio-econômica, estrutural e comum aos países em desenvolvimento, e que mostra um acesso restrito às NTIC para as classes de renda inferior da sociedade. Decorre deste fato que a Universidade Virtual estruturada a partir das NTIC consegue fazer chegar os seus produtos apenas às classes média e alta, já atendidas anteriormente pelas universidades presenciais. E, uma segunda questão, particular ao Brasil, que mostra já ocorrer por volta do ano 2000 uma interiorização do ensino superior no

país, com mais de 1.200 Instituições de Ensino Superior presenciais em funcionamento, cobrindo todo o território.

Na prática, a maioria das cidades brasileiras das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste com mais de 50 mil habitantes já dispõem de pelo menos uma faculdade instalada, criando um duplo fenômeno: uma capilarização do ensino superior presencial acompanhada, a partir do final da década de 1990, de um número de vagas oferecidas excedente ao número de inscritos para o ensino superior pago, caracterizando limites na expansão deste modelo.

No âmbito da primeira questão do paradoxo da Universidade Virtual no Brasil, as pesquisas que acompanham o crescimento do acesso à Internet no país mostram claramente que a expansão ocorre majoritariamente nos extratos de classe alta e de classe média em relação aos usuários domésticos, e nas corporações empresariais de maior porte e nos serviços públicos federal, estadual e municipal. No aspecto geográfico, o gradiente de inclusão digital irradia-se, principalmente, a partir das regiões Sul e Sudeste e do litoral brasileiro, tornando-se cada vez menos presente no interior do país em direção à fronteira Oeste, tanto no acesso doméstico quanto nas conexões institucionais.

As alternativas de inclusão digital levadas a campo pelas políticas públicas no período de 1994 a 2002, em especial os programas Proinfo, do Ministério da Educação, e Rede Nacional de Pesquisa (RNP), do Ministério de Ciência e Tecnologia, tiveram como foco de expansão as maiores escolas públicas de ensino médio, e as IES e centros de pesquisa, respectivamente. A perspectiva de mudança deste cenário, com a possibilidade de a inclusão digital, de fato, passar a abarcar as parcelas da população até então apartadas dos processos de escolarização e acesso às conquistas da tecnologia contemporânea, foram colocadas em cena pelo Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST, criado pela Lei n.º 9.998, de 17 de agosto de 2000, e regulamentado pelo Decreto n.º 3.624, de 5 de outubro de 2000.

Este programa opera a partir da retenção de 1% dos valores cobrados nas contas dos serviços de telefonia em todo o país. O valor acumulado em arrecadação, e não utilizado até 2002, era de 2 bilhões de reais, soma equivalente 600 milhões de dólares. Em janeiro de 2003 o governo federal discutia a regulamentação necessária para publicar os editais para o uso dos recursos, indicando como prioridade a criação de estruturas e serviços de informática para o setor educacional, prevendo licitações para a compra de computadores e de ressarcimento de serviços de operadoras de telefonia para oferecer conexão à internet em escolas públicas.

Os benefícios em tecnologia, mediação pedagógica e de inclusão social anunciados no início dos anos 90 pela chegada em massa das NTIC à educação e pela emergência da 3ª Geração da EAD, e associados por consequência ao conceito de Universidade Virtual, aplicaram-se apropriadamente ao e-learning no ambiente corporativo e para a modernização do ensino presencial, e não para a educação a distância. As NTIC não contribuíram, no Brasil, para a quebra de fronteiras das universidades para abarcar populações até então não contempladas com o acesso ao ensino superior, seja pela distância dos centros universitários, seja pela condição financeira desfavorecida de parte da população que impedia o custeio do ensino do ensino superior.

Assim, enquanto a literatura avança para a discussão e experimentação de modelos de 4ª e 5ª Gerações de EAD, com a interatividade ampliada permitida por sistemas baseados em comunicação por banda larga e pela imersão em ambientes de realidade virtual, o conceito de que a EAD teria por característica alargar o acesso à educação, torna-se incompatível nos programas com uso das NTIC.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Katia. Educação a distância no Brasil: a busca de identidade. In: PRETI, Oreste (Org.). **Educação a distância**: inícios e indícios de um percurso. Cuiabá: NEAD/ie – UFMT, 1996.
- ARREDONDO, Santiago Castillo. Educacion a distancia: bases conceptuales y perspectivas mundiales. In: (Arg) MARTINS, Onilza Borges; POLAK, Ymiracy Nascimento de Souza e Sá; ANTUNES, Ricardo. **Educação a distância**: um debate multidisciplinar. Curitiba: UFPR, 1999.
- AZEVEDO, Wilson. A educação on line sem ilusões. In: **Gazeta do Rio**, 03 de agosto de p.1, 2000.
- AZEVEDO, Wilson. **Panorama atual da educação a distância no Brasil**. Disponível em: <<http://www.aquifolium.com.br/educacional/artigos/panoread.html>>. Acessado em 29/03/02
- BUARQUE, Cristovam. **A aventura da universidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- DECRETO n.º 2494, de 10 de fevereiro de 1998, que regulamenta o Art. 80 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- MAIA, C.; GARCIA, M. O trajeto da universidade Anhembi Morumbi no desenvolvimento de ambientes virtuais de aprendizagem. In: MAIA, Carmen (Org.). **ead.br. Educação à distância no Brasil na era da internet**. São Paulo: Anhembi Morumbi, 2000.
- OBRAZTSOV, Ivan. Science, technologie et enseignement superieur. In: **Unesco Réflexion sur le developpment futur de l' éducation**. Paris, 1984, p.157-160.
- VIANNEY, João. A experiência inovadora do laboratório de ensino à distância da Universidade Federal de Santa Catarina. In: ESTEVES, A.P.; OLIVEIRA, G.D. (Org.). **Educação à distância**: experiências universitárias. Rio de Janeiro: UERJ, Centro de Tecnologia Educacional, 2001
- VIANNEY, João. Laboratório de ensino a distância: um ambiente para trocas de aprendizagem. In: MAIA, Carmen (Org.). **ead.br: Educação à distancia no Brasil na era da internet**. São Paulo: Anhembi Morumbi, 2000.
- VIANNEY, João. Universidade Virtual: a virtualização dos serviços acadêmicos no ensino presencial e a criação de um novo conceito para o ensino superior a distância. In: DURHAM, Eunice Ribeiro; SAMPAIO, Helena (Org.). **O ensino superior em transformação**. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior: NUPES, 2001.

VIANNEY, J.TORRES,P.L. SILVA, E. **A Universidade Virtual no Brasil** . Tubarão: Ed.Unisul,2003.

TORRES, P.L.**Laboratório *On Line* de Aprendizagem Uma Proposta Crítica de Aprendizagem Colaborativa para a Educação**. Florianópolis,2002.(Tese de doutorado - PPGEF da UFSC) Disponível em : <http://www.eps.ufsc.br>

TORRES, P.L.O Eureka e o Laboratório *On Line* de Aprendizagem. In: MATOS,E. GOMES,P.**Uma Experiência De Virtualização Universitária: O Eureka na PUCPR**. Curitiba: Champagnat, 2003.

WAHRHAFTIG, R.; FERRAZA, A.M.; RAUPP, M. **Portas abertas para a educação superior**. Curitiba: Fundação Universidade Eletrônica do Paraná, 2001.